



GENTE SEGURADORA S/A

MATRIZ - SEDE PRÓPRIA - RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450 - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ 90.180.605/0001-02 - CARTA PATENTE Nº 515Senhores Acionistas,
GRAÇAS A D'US.

A Diretoria da Gente Seguradora S.A. submete à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Parecer da Auditoria Atuarial Independente e Relatório do Auditor Contábil Independente.

Desempenho operacional:

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade do processo de fortalecimento técnico e financeiro da Companhia. Os resultados do exercício evidenciam crescimento com rentabilidade, sustentado por desempenho técnico consistente e evolução relevante do resultado líquido, culminando no maior lucro líquido da história da Gente Seguradora. Alguns destaques de 2025 foram:

- Prêmio, margem e resultado operacional:** A Companhia obteve crescimento de 9% nos prêmios ganhos, com destaque para o faturamento da carteira de Auto/RCF, que cresceu 11%, contribuindo para excelente margem de resultado no exercício. O resultado líquido cresceu 61% em comparação ao ano anterior, impulsionado pela melhoria na subscrição e na precificação dos produtos, além da redução da sinistralidade, que encerrou o exercício

em 60%. O Índice Combinado (ICA) de 82% evidencia resultado técnico positivo, com margem de 17,4% sobre os prêmios ganhos, refletindo consistência na gestão da carteira. O ROE aproximado de 59%, calculado sobre o patrimônio líquido médio, evidencia forte capacidade de geração de resultado em relação ao capital empregado.

- Resultado financeiro:** A Companhia manteve estratégia de investimentos predominantemente conservadora, alocando 69% de sua carteira em títulos públicos federais, combinando liquidez, carregamento de taxa e diversificação por indexador e prazo. Essa composição buscou aderência às necessidades de caixa da operação, preservação de capital e estabilidade do resultado financeiro ao longo do exercício. No acumulado do ano, a carteira cresceu 20% e apresentou rentabilidade compatível com o ambiente de juros elevados, encerrando 2025 com 13,74% de retorno anual. O excedente de ativos garantidores foi ampliado em 72%, reforçando a prioridade da Companhia por segurança, liquidez e solvência.
- Solvência, adequação de capital e cobertura de provisões:** A Companhia manteve adequada suficiência de capital, atendendo integralmente aos requisitos regulatórios. Apresentou crescimento de 9% em suas provisões técnicas, com ativos vinculados equivalentes a 138% delas, evidenciando posição confortável para suportar os compromissos assumidos.
- Gestão de riscos, controles internos e conformidade:** Em 2025, foram mantidos e aprimorados os processos de governança e controles internos, com foco no monitoramento

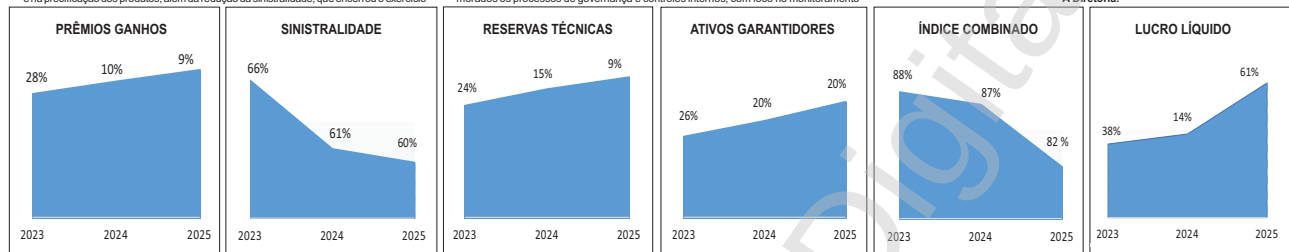
contínuo de riscos (subscrição, mercado, crédito, operacional e liquidez), conformidade regulatória e aderência a políticas internas, bem como no aperfeiçoamento dos processos de controles e validações, incluindo rotinas de qualidade de dados contábeis, atuariais e regulatórios.

- Inovação tecnológica:** Ao longo do exercício, a Companhia prosseguiu com iniciativas voltadas ao aumento de eficiência e segurança operacional, incluindo aprimoramentos em processos internos e controles, bem como evolução de soluções tecnológicas voltadas a suportar o crescimento, reduzir riscos e melhorar a experiência de parceiros e clientes.
- Distribuição de lucro e dividendos:** Mantendo sua política de distribuição e reinvestimento de resultados, a Companhia assegurou aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, bem como juros sobre o capital próprio, quando permitido e aplicável. O excedente é destinado às reservas de lucros, visando ao fortalecimento do capital social e à possibilidade de distribuições futuras de dividendos.

Para 2026, a Diretoria manterá foco em crescimento sustentável, disciplina técnica, eficiência operacional e preservação de solvência e liquidez, com aprimoramento contínuo de controles, gestão de riscos e processos operacionais, garantindo segurança e confiança aos segurados e acionistas.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2026.

A Diretoria.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
CIRCULANTE		502.902.766,85	444.422.887,07	CIRCULANTE		382.969.415,00	339.962.624,73
Disponível		16.681,57	9.507,76	Contas a pagar		50.318.614,69	16.959.700,90
Caixa e bancos		16.681,57	9.507,76	Obrigações a pagar		41.991.701,13	10.295.167,68
Aplicações	4.1	344.627.057,01	286.827.769,79	Impostos e encargos sociais a recolher		3.557.563,19	2.953.171,35
Créditos das operações com seguros e resseguros		87.094.790,29	93.445.552,40	Encargos trabalhistas		805.036,13	598.370,86
Prêmios a receber	10.1	87.188.379,03	82.845.913,49	Impostos e contribuições		2.259.150,97	1.608.609,85
Operações com resseguradoras		9.906.411,26	10.599.638,91	Outras contas a pagar		1.705.163,27	1.504.185,32
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.1	32.085.901,41	37.413.787,80	Débitos de operações com seguros e resseguros		42.331.135,89	38.981.657,03
Títulos e créditos a receber		1.035.103,22	1.081.825,38	Prêmios a restituir		-	920.615,16
Títulos e Créditos a Receber		36.964,56	11.210,23	Operações com resseguradoras		21.712.759,54	21.078.410,82
Depósitos Judiciais e Fiscais		962.418,66	1.058.735,15	Corretores de seguros e resseguros		20.607.667,20	16.982.631,05
Outros Créditos		35.720,00	11.880,00	Depósitos de terceiros		30.759,77	89.266,88
Outros valores e bens		3.111.139,21	2.512.477,20	Provisões técnicas - seguros	8.1	290.288.904,65	283.931.999,92
Bens à venda	2.7.1	3.111.139,21	2.512.477,20	Danos		282.646.990,76	273.818.928,57
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		98.316,66	98.387,98	Pessoas		7.641.913,89	10.113.071,35
Custos de aquisição diferidos	7.1	24.833.777,48	23.033.578,76	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		87.919.785,31	61.903.788,34
Seguros		24.833.777,48	23.033.578,76	Contas a pagar		476.148,13	516.178,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE		45.709.772,81	32.557.733,82	Tributos diferidos		476.148,13	516.178,03
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		37.137.210,20	23.813.578,47	Provisões técnicas - seguros	8.1	85.436.485,27	59.777.793,72
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.1	37.137.210,20	23.813.578,47	Danos		78.289.404,97	52.530.654,49
INVESTIMENTO		164.850,26	164.850,26	Pessoas		7.147.080,30	7.247.139,23
Participações societárias - financeiras		164.850,26	164.850,26	Outros débitos	2.5.1	2.007.151,91	1.609.816,59
IMOBILIZADO		8.407.712,35	8.579.305,09	Provisões judiciais		2.007.151,91	1.609.816,59
Imóveis de uso próprio	5.1	6.550.730,02	6.746.839,01	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.723.339,35	75.114.207,82
Bens móveis		1.856.982,33	1.832.466,08	Capital social		28.864.061,00	28.864.061,00
TOTAL DO ATIVO		548.612.539,66	476.980.620,89	Reserva de reavaliação		714.222,22	774.267,04
				Reservas de lucros		48.145.056,13	45.475.879,78
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		548.612.539,66	476.980.620,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

		Reservas			
		Capital social	Aumento de capital	Reavaliação	Lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2023		28.864.061,00	-	834.311,87	33.183.642,02
Aumentos de capital:					
Reserva de reavaliação		-	-	(60.044,83)	-
Realização		-	-	(100.074,72)	-
Baixa		-	-	40.029,89	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.249.575,65
Distribuição do lucro:					(16.057.412,61)
Reserva legal		-	-	-	1.214.478,76
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	17.077.759,00
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(3.960.000,00)
Dividendos distribuídos		-	-	-	(6.097.412,61)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		28.864.061,00	-	774.267,04	45.475.879,78
Aumentos de capital:					
Reserva de reavaliação		-	-	(60.044,82)	-
Realização		-	-	(100.074,72)	-
Baixa		-	-	40.029,90	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.498.827,08
Distribuição do lucro:					(42.929.725,45)
Reserva legal		-	-	-	2.669.176,35
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	404.432,95
Juros sobre capital próprio		-	-	-	29.264.743,40
Dividendos distribuídos		-	-	-	(9.889.725,45)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		28.864.061,00	-	714.222,22	48.145.056,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos líquidos	11.1	347.699.698,18	340.181.803,51
Variação das provisões técnicas		(14.382.281,70)	(33.505.464,34)
Prêmios ganhos		333.317.416,48	306.676.339,17
Sinistros ocorridos	11.2	(200.406.894,73)	(188.432.661,49)
Custos de aquisição	11.3	(42.844.366,77)	(38.452.615,40)
Outras receitas e (despesas) operacionais	11.4	(10.490.605,97)	(11.090.022,87)
Resultado com resseguro	11.5	(4.636.487,02)	(4.535.208,08)
Receita com resseguro		30.443.134,19	32.669.767,65
Despesa com resseguro		(33.120.156,77)	(34.264.910,08)
Salvados e Ressarcimentos de Resseguro		(1.959.464,44)	(2.940.065,65)
Despesas administrativas	11.6	(31.926.080,39)	(27.663.975,03)
Despesas com tributos	11.7	(8.449.700,34)	(7.606.347,73)
Resultado financeiro	11.8	37.565.903,76	15.844.140,33
Receitas Financeiras		51.036.962,11	36.080.878,15
Despesas Financeiras		(13.471.050,35)	(20.236.737,82)
Resultado patrimonial		89.400,00	76.800,00
Resultado operacional		72.218.585,02	44.736.448,90
Ganhos com ativos não correntes		55.706,38	47.348,77
Resultado antes dos impostos e participações		72.274.291,40	44.843.797,67
Imposto de renda	11.9	(16.184.648,65)	(9.853.983,01)
Contribuição social	11.9	(10.030.993,64)	(6.183.870,42)
Participações sobre o resultado		(559.822,03)	(556.687,69)
Lucro líquido do exercício	12.4	45.498.827,08	28.249.575,65
Quantidade de ações	12.6	3.394.838	3.394.838
Lucro por ação - R\$		13,40	8,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	45.498.827,08	28.249.575,65
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	818.047,30	788.859,53
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(104.084,32)	1.098.537,52
Outros Ajustes	(5.999.970,10)	(3.919.970,11)
Variação nas contas patrimoniais:	(11.326.065,77)	(2.548.922,54)
Ativos financeiros	(66.176.757,20)	(47.173.506,58)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.649.237,89)	(5.032.991,51)
Ativos de resseguro	(13.323.631,73)	(5.303.984,87)
Créditos fiscais e previdenciários	(9.555.139,52)	(1.735.256,60)
Depósitos judiciais e fiscais	96.316,49	(123.380,92)
Custos de aquisição diferidos	3.527.687,67	(220.276,51)
Outros ativos	(823.230,35)	2.129.080,39
Impostos e contribuições	10.205.484,80	1.373.652,54
Outras contas a pagar	32.668.538,61	1.736.054,55
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.349.478,86	3.653.621,60
Provisões técnicas - seguros e resseguros	32.015.596,28	45.134.438,39
Provisões judiciais	397.335,32	267.732,70
Outros passivos	(58.507,11)	(54.063,72)
Caixa Gerado pelas Operações	28.886.754,19	20.868.050,09
Juros recebidos	8.377.469,98	7.696.030,72
Impostos sobre os lucros pagos	(25.453.980,48)	(15.989.807,79)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	11.810.243,71	12.574.273,02
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	86.582,84	80.958,40
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(341.448,96)	(254.088,19)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento	(254.866,12)	(173.129,79)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(11.548.203,78)	(12.466.902,52)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(11.548.203,78)	(12.466.902,52)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.173,81	(65.759,29)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	9.507,76	75.267,05
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	16.681,57	9.507,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRENGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	45.498.827,08	28.249.575,65
Efeito da realização da reserva de reavaliação	100.074,72	100.074,72
Total do resultado abrangente no exercício	45.598.901,80	28.349.650,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Publicidade Legal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

1 – Contexto operacional:

A Gentle Seguradora S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar seguros de danos e de pessoa em todo o território nacional, nos termos da legislação vigente. A sede da Companhia está localizada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas pela Administração e aprovadas pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2026, estando autorizadas para divulgação a partir dessa data.

2 – Resumo das principais políticas contábeis:

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados:

2.1 - Base de preparação:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, em especial aquelas estabelecidas pela Circular SUSEP nº 648/2021, conforme alterada pela Circular SUSEP nº 678/2022, ambas vigentes na data-base das demonstrações.

Essas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, na medida em que tenham sido ratificados pela SUSEP, bem como os critérios e modelos de apresentação definidos no Plano de Contas e Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador.

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os modelos de publicação exigidos pela SUSEP e foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

A Companhia não adotou o IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de Seguro, uma vez que, na data-base destas demonstrações, não se encontra obrigada à sua aplicação, conforme regulamentação vigente aplicável ao seu porte e perfil operacional.

2.2 - Classificação dos contratos de seguro e apuração do resultado:

A Companhia classifica um contrato como contrato de seguro quando ocorre a transferência significativa de risco de seguro, caracterizada pela possibilidade de pagamento de benefícios relevantes ao segurado em decorrência da ocorrência de evento futuro, incerto e específico, que o afete de forma adversa.

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime de competência, observando-se os seguintes critérios principais:

- Os prêmios emitidos são reconhecidos proporcionalmente ao período de vigência do risco, considerando-se a data de início de cobertura;

- Nos casos em que o risco tenha início antes da emissão da apólice, o reconhecimento do prêmio ocorre a partir do início da vigência;

- As comissões e os custos de aquisição diretamente relacionados à emissão das apólices são apropriados ao resultado de forma proporcional ao prazo de vigência dos contratos, por meio do diferimento.

2.3 - Uso de estimativas e premissas:

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamento profissional na definição de premissas e estimativas contábeis que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações contingentes. As principais áreas sujeitas a estimativas e julgamentos incluem, entre outras:

- determinação da vida útil econômica e das taxas de depreciação dos ativos imobilizados;

- avaliação da necessidade de impairment de ativos;

- constituição de provisões técnicas;

- mensuração de provisões para contingências;

- estimativas relacionadas ao imposto de renda e contribuição social.

Os resultados efetivos podem diferir das estimativas adotadas, em função da subjetividade inerente ao processo de mensuração. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente, sendo os efeitos de eventuais revisões reconhecidos prospectivamente no exercício em que ocorrem.

2.4 - Redução ao valor recuperável:

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia passou a aplicar integralmente os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 678/2022, em consonância com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para avaliação da recuperabilidade de seus ativos. No que se refere aos prêmios de seguro a receber, a Companhia realiza estudos técnicos periódicos com o objetivo de identificar evidências de perda por não recuperabilidade, considerando, entre outros fatores, o histórico de inadimplência bem como a expectativa de recebimento futuro. Quando identificada a necessidade, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, reconhecida no resultado do exercício.

2.5 – Ativos e passivos contingentes:

Ativos contingentes: São reconhecidos contabilmente quando a administração possui total controle da situação ou quando há ganhos reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

Passivos contingentes: São constituídos e reconhecidos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo classificados como provável, possível ou remoto.

2.5.1 - Movimentação das provisões judiciais civis constituídas:

Provisões Judiciais Cíveis					2025
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisonado	Valor Provisonado / Valor Reclamado	
PERDA PROVÁVEL	4	145.851,41	145.851,41		100
PERDA POSSÍVEL	22	2.580.516,20	1.548.309,72		60
PERDA REMOTA	11	2.086.605,20	312.990,78		15
TOTAL	37	4.812.972,81	2.007.151,91		

Provisões Judiciais Cíveis					2024
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisonado	Valor Provisonado / Valor Reclamado	
PERDA PROVÁVEL	3	129.589,25			100
PERDA POSSÍVEL	14	1.682.734,04	1.009.640,42		60
PERDA REMOTA	8	1.344.534,08	470.586,92		35
TOTAL	25	3.156.857,37	1.609.816,59		

2.6 - Transações com partes relacionadas:

A administração identifica como partes relacionadas com a Gentle Seguradora S/A as empresas do "Gente Grupo", que possuem como acionista majoritário e controlador o Sr. Sérgio Suslik Wais. Conforme definições contidas no CPC 05, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os saldos entre as transações com as partes relacionadas são:

	2025		2024	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Gente Clube de Benefícios Ltda	45.932,67	(498.050,06)	73.712,54	(804.629,04)
Gente Assistência e Serviços SS Ltda	1.248.570,73	(10.591.808,55)	1.042.695,71	(8.473.326,83)
Gente Incorporadora e Construtora SPE Ltda	2.665,50	(36.000,00)	2.665,50	(36.000,00)
Gente Viagens e Turismo Ltda	-	(1.566,68)	-	(6.870,00)
MSE Participações S.A.	-	4.000,00	-	-
LORTU Participações S.A.	-	2.000,00	-	-
Total	1.297.168,90	(11.121.425,28)	1.119.073,75	(9.420.825,87)

Passivo/Resultado:

- Gentle Assistência e Serviços SS Ltda: Despesas com prestação de serviços compartilhados nas áreas de relacionamento, RH, tecnologia da informação e administração;

- Gentle Clube de Benefícios Ltda: Despesas por conta da prestação de serviços na área da saúde aos segurados da Gentle Seguradora S/A;

- Gentle Incorporadora e Construtora SPE LTDA: Despesas com contrato de manutenção predial;

- Gentle Viagens e Turismo Ltda: Despesas com passagens aéreas;

- MSE Participações S.A e LORTU Participações S.A: receita com aluguéis de imóveis.

2.7 – Outros valores e bens:

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, como bens salvados recuperados, que são estimados com base no valor de sua realização, deduzidos dos custos de vendas dos mesmos.

2.7.1 Aging dos salvados:

Prazo de permanência:	2025		2024	
	valor	quantidade	valor	quantidade
Até 30 dias	1.310.055,00	59	1.195.625,00	69
De 31 a 120 dias	499.116,00	18	1.012.042,20	38
De 121 a 180 dias	254.181,71	15	66.060,00	6
De 181 a 365 dias	742.774,50	45	161.550,00	5
Acima de 365 dias	305.012,00	13	77.200,00	3
Total	3.111.139,21	150	2.512.477,20	121

2.8 - Imposto de renda e contribuição social:

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240.000,00 no período, conforme legislação tributária vigente. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, de acordo com as normas fiscais aplicáveis às sociedades seguradoras. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos, apurados conforme segue:

- Imposto corrente: corresponde ao montante estimado a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço, incluindo eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores;

- Imposto diferido: é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL, quando aplicável, na medida em que seja provável a realização futura de créditos tributários.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando a Administração considera provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir sua realização, com base em projeções econômico-financeiras e planos de negócios aprovados. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas esperadas para os períodos em que as diferenças temporárias serão realizadas ou liquidadas, com base na legislação tributária vigente na data do balanço. A Companhia reconhece separadamente, em seus registros contábeis as antecipações mínimas de IRPJ e CSLL, os respectivos saldos de IRPJ/CSLL a pagar apurados ao encerramento do exercício. Para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, em conformidade com o CPC 32 (R1) – Tributos sobre o Lucro, tais saldos de tributos correntes são apresentados de forma líquida.

2.9 – Benefícios à empregados e participação nos lucros:

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia são classificados como benefícios de curto prazo, nos termos do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, e incluem, entre outros: assistência médica e odontológica, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida, gratificação natalina, benefício academia e bem estar e participação nos lucros.

Esses benefícios são reconhecidos como despesa no resultado do exercício à medida que os serviços correspondentes são prestados pelos empregados e administradores, não havendo obrigações atuariais de longo prazo associadas.

3 – Gerenciamento de riscos:

Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos:

Em razão do negócio em que atua, a Gentle Seguradora está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. A estrutura de Gestão de Riscos é adaptada ao tamanho, porte e complexidade das operações e negócios, conduzida de forma efetiva pela área de Gestão de Riscos e membros da Diretoria.

A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Gentle Seguradora dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. Adicionalmente, possui o envolvimento dos principais responsáveis de cada área, com a atuação no sentido de avaliação e identificação de riscos potenciais capazes de afetar os objetivos estratégicos da empresa, bem como sua mitigação, tanto por pontos de controle quanto por alterações sistêmicas, possibilitando que a Administração tenha conhecimento e realize as tratativas necessárias compatíveis com o apetite de risco.

A Estrutura de Gestão de Riscos está alinhada ao seu Sistema de Controles Internos, observando os princípios de governança, proporcionalidade e integração estabelecidos pela Resolução CNSP nº 416/2021. A companhia mantém processo contínuo de aprimoramento na implementação dos dispositivos regulatórios aplicáveis, assegurando a efetividade no gerenciamento de riscos em todas as suas áreas e operações.

Nesse contexto, encontram-se em andamento iniciativas estruturantes, tais como o projeto de implantação do Banco de Dados de Perdas Operacionais – BDPO, bem como, projeto de implantação e adequação dos critérios de sustentabilidade às operações da Companhia, em conformidade com a Circular Susep nº 666/2022.

Tais iniciativas contribuem de forma integrada para o fortalecimento da gestão de riscos, por meio de processos sistêmicos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento dos riscos, com o objetivo de minimizar potenciais impactos adversos e apoiar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

3.1 - Risco de seguro/subscrição:

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que possam comprometer significativamente o resultado das operações de seguro e afetar o patrimônio líquido da Companhia, incluindo falhas na precificação ou estimativas inadequadas de provisionamento dos seus passivos.

Aplicando a teoria da probabilidade para a precificação de seus prêmios, a Seguradora entende que os principais riscos atinentes aos seus contratos são segmentados em riscos de prêmios, riscos de provisão técnica, riscos de limite de retenção e riscos nas práticas de sinistros e assistências aos segurados.

A área de produto deve estabelecer, monitorar e documentar as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de operação de sinistros e assistências em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, tendo avaliações constantes quanto ao equilíbrio técnico ao longo do tempo, acompanhando a ênfase comercial da Companhia.

Os principais segmentos de operação de seguros, de forma macro, estão estruturados da seguinte forma:

Seguros de Danos: Atualmente a Seguradora comercializa com maior ênfase os seguros pertencentes à carteira de Automóvel (ramos 0520, 0531, 0542 e 0553), Patrimoniais (ramos 0112, 0114, 0118, 0141 e 0171), Transportes (ramo 0628) e RC Geral (ramo 0351), concentrando nesse grupo 97% de sua produção no ano 2025.

Seguros de Pessoas: Em relação ao segmento Seguro de Pessoas, a Seguradora tem sua força de operação fixada nos seguros de Pessoas Coletivas (0929, 0977, 0982, 0984, 0990 e 0993), estruturados no regime de repartição simples, que oferecem principalmente as coberturas de morte, concentrando nesse grupo 3% de sua produção no ano de 2025.

Segmentos/Grupos	Prêmios Emitidos ano 2025		Prêmios Emitidos ano 2024	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Danos				
Patrimonial	11.467.303,77	8.076.860,85	9.692.410,71	6.762.360,19
Automóvel	319.410.359,68	291.445.587,12	305.052.710,02	281.048.451,97
Transportes	12.294.940,53	10.418.020,51	9.822.150,75	8.311.295,97
RC Geral	1.169.640,26	911.720,55	765.170,93	579.607,49
Pessoas				
Coletivo	9.947.067,78	7.277.165,45	14.562.001,33	12.183.738,13
Total	354.289.912,02	318.129.358,44	339.894.443,74	308.885.453,75

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Região geográfica	Bruto de Resseguro				Líquido de Resseguro				2025
	Danos	%	Pessoas	%	Danos	%	Pessoas	%	
Centro-Oeste	32.773.922,57	9,52%	4.414.287,90	44,38%	30.355.717,21	9,77%	2.283.471,08	31,38%	
Nordeste	15.740.206,02	4,57%	246.999,51	2,48%	15.144.730,17	4,67%	244.638,21	3,36%	
Norte	3.137.151,34	0,91%	8.669,20	0,09%	2.902.128,51	0,93%	8.669,20	0,12%	
Sudeste	129.376.925,78	37,57%	2.318.256,08	23,31%	120.856.086,96	38,88%	1.928.325,90	26,50%	
Sul	163.314.637,53	47,43%	2.958.885,09	29,75%	141.593.530,14	45,55%	2.812.061,06	38,64%	
Total	344.342.844,24	100%	9.947.067,78	100%	310.852.192,99	100%	7.277.165,45	100%	

Região geográfica	Bruto de Resseguro				Líquido de Resseguro				2024
	Danos	%	Pessoas	%	Danos	%	Pessoas	%	
Centro-Oeste	32.104.301,85	9,87%	4.165.009,26	28,60%	30.123.717,23	10,15%	2.280.443,30	18,72%	
Nordeste	13.723.832,11	4,22%	274.074,51	1,86%	13.284.491,47	4,48%	269.939,79	2,22%	
Norte	1.779.534,32	0,55%	20.198,10	0,14%	1.637.285,14	0,55%	20.198,10	0,17%	
Sudeste	121.541.884,43	37,33%	5.223.373,02	35,67%	115.560.954,96	38,95%	4.804.251,42	39,43%	
Sul	156.272.889,70	48,03%	4.879.346,44	33,51%	138.095.286,82	45,87%	4.808.905,52	39,47%	
Total	325.332.442,41	100,00%	14.562.001,33	100,00%	296.701.715,62	100,00%	12.183.738,13	100,00%	

Nas premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de subscrição de seguro são observados:

- Sinistralidade, expectativas de prêmio de risco, observando a frequência e severidade para cada agrupamento de ramos, com base de dados que contemplam as informações referentes às apólices com riscos em vigor.

- Expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, respaldaram-se às cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos com os resseguradores.

- Taxa de juros aplicada para os passivos, utilizando a taxa PREFIXADA, conforme nova metodologia da SUSEP.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.

- Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação - Seguros de Pessoas: coberturas por morte, causas não acidentais.

3.1.1 – Teste de sensibilidade.

Em relação aos grupos analisados, entendeu-se prudente verificar o reflexo no resultado e no patrimônio líquido contábil da Seguradora, considerando-se um agravamento de 10% nos parâmetros de indenizações dos ramos Patrimonial-0118, Automóvel-0531, RGV-0553 e Vida-0993. São estes os indicadores que podem trazer impacto significativo na mensuração da solvência, uma vez que entendemos que os demais parâmetros, tais como taxa de juros, índices de convertibilidade, inflação e excedente financeiro, não demandam relevância considerável no contexto presente.

A escolha destes parâmetros como balizadores para a verificação do reflexo contábil fundamenta-se no crescimento de prêmios no período e o comportamento das taxas de sinistralidade, principalmente no grupo Danos, em função da complexa operação que envolve o grupo Automóvel (Caso-0531 e RCV-0553) e sua possível volatilidade. Desta forma, após os cálculos efetuados, seguem abaixo os reflexos contábeis no Resultado e Patrimônio Líquido Contábil (PLC):

Tabela com resultados do teste de sensibilidade em 31/12/2025:

Premissas	Efeito no Resultado		Efeito no PLC e no PLA	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Agravos de 10% na PSL ramos 118, 531, 553 e 993.	(13.389.779,20)	(10.586.465,99)	(7.958.055,00)	(6.275.488,24)

Considerando que a Gentle Seguradora apurou no ano de 2025 um resultado líquido de R\$ 39.458.827,08, atingindo um PLC de R\$ 77.723.335,35 e um PLA de R\$ 91.787.863,90, denota-se que os agravos considerados no teste demandariam reflexos significativos nos indicadores contábeis testados, porém as reduções indicadas na tabela acima manteriam o PLC e PLA com volume de suficiência aderente à legislação.

3.2 - Risco de crédito:

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, abrangendo principalmente prêmios a receber, investimentos financeiros e cessões de risco.

- **Investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites e exposições dentro do apetite de risco assumido, sendo avaliados limites técnicos regulatórios, grau mínimo de risco aceitável, análise cruzada com Consultorias de Investimento e aprovação das operações pela Diretoria.

Na data base deste balanço, 69% das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano), conforme nota explicativa nº 4.1.

- **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados.

Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 10.3.

- **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites técnicos, com vistas a dar maior segurança aos seus segurados. Destacam-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e limite de retenção de riscos, estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. Atualmente a Gentle Seguradora utiliza o instrumento de resseguro junto ao IRB – Brasil Resseguros S/A e Austral Re, conforme tabela abaixo:

Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites técnicos, com vistas a dar maior segurança aos seus negócios. Destacamos que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e limite de retenção de riscos, estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. Atualmente a Gentle Seguradora utiliza o instrumento de resseguro junto ao IRB – Brasil Resseguros S/A e Austral Re, conforme tabela abaixo:				
Ramos	Produto	Ressegurador	Tipo de contrato	2025 Prioridade - R\$
0118, 0141 e 0351	Empresarial	IRB	Excedente de responsabilidade - ER	500.000,00
0171, 0141 e 0351	Riscos Diversos	IRB	Excedente de responsabilidade - ER	500.000,00
0531	Automóvel	IRB	Excedente de responsabilidade - ER	300.000,00
0553	Automóvel	IRB	Excedente de responsabilidade - ER	600.000,00
0520, 0982 e 0993	APP e Vida	Austral Re	Excesso de danos - ED	80.000,00
0520, 0982 e 0993	APP e Vida	Austral Re	Excesso de danos - ED	15.000.000,00
0620	RC Ônibus	IRB	Excesso de danos - ED	550.000,00
0628	RC Ônibus	IRB	Excedente de responsabilidade - ER	1.800.000,00
0982 e 0993	Pessoas	Austral Re	Excedente de responsabilidade - ER	80.000,00

3.3 - Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrente da oscilação da taxa de juros e de preços dos instrumentos financeiros. O gerenciamento do risco é feito através da descentralização das aplicações em diversas Instituições Financeiras e diversificação dos tipos de aplicações, bem como estratégias de marcação desses ativos, para minimizar sua volatilidade.

3.4 - Risco de liquidez:

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, quer seja pela falta de ativos ou pela ausência de liquidez imediata. Nesse sentido, a Gente Seguradora possui controle robusto de caixa diários, que operam em linha com os critérios e definições estabelecidos pela alta administração e política de investimentos.

3.5 - Risco operacional:

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, bem como de fraudes ou ainda eventos externos. O gerenciamento do risco operacional fundamenta-se no treinamento contínuo da equipe técnica, no desenvolvimento e aprimoramento de sistemas, no fortalecimento dos mecanismos de prevenção à fraude e na adoção de práticas voltadas à identificação, mitigação e redução de eventos relevantes e de perdas operacionais, em alinhamento das melhores práticas ao ambiente de controles internos estabelecidos.

Todas as perdas financeiras decorrentes de erro operacional ocorrido no período estão registradas contabilmente em rubricas específicas, possibilitando o adequado controle, acompanhamento e análise das causas e da materialidade das perdas.

Em 2024, em decorrência da obrigatoriedade de constituição do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, nos termos da Circular Susep nº 648/2021, a Gente Seguradora, iniciou o projeto de implantação do referido banco de dados, contemplando o desenvolvimento da base de controles de identificação, captura, classificação e registro das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das respectivas atualizações a elas associadas. O projeto de implantação do BDPO, teve início em 2024 e a conclusão da fase 1 em dezembro de 2025, incluindo a realização da auditoria independente e emissão do relatório, com parecer de conformidade à Circular Susep nº 648/2021. Em 2026, será dada continuidade ao projeto, com a execução da fase 2.

3.6 - Sustentabilidade e ESG:

Em atendimento à Circular Susep nº 666/2022, a Gente Seguradora iniciou em 2024, o projeto de implantação e adequação aos critérios de avaliação de sustentabilidade aplicáveis às suas operações. A iniciativa está inserida no contexto de fortalecimento da governança corporativa e da gestão integrada de riscos, em consonância com as diretrizes regulatórias vigentes.

No âmbito desse projeto, a Companhia realizou avaliação inicial do cenário, com entendimento das diretrizes regulatórias e dos objetivos estratégicos corporativos, bem como a elaboração do estudo de materialidade, com a participação dos stakeholders relevantes, visando a identificação dos temas materiais e à definição de prioridades. Os temas identificados passaram a ser considerados no processo de mapeamento dos riscos ESG e integrados ao Perfil de Riscos da Companhia.

Adicionalmente, foram realizadas ações de capacitação inicial, com foco na disseminação do tema e no engajamento das áreas, bem como a elaboração e publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade, que apresenta os compromissos assumidos, as práticas adotadas e as ações realizadas nas frentes Ambiental, Social e Governança, incluindo diagnóstico de maturidade, resultados alcançados e diretrizes para os próximos ciclos.

3.6.1 - Próximos passos 2026:

Para 2026, a Companhia dará continuidade à jornada ESG, com foco no aprimoramento dos processos e na consolidação das iniciativas em andamento, incluindo:

- A identificação e avaliação da efetividade dos controles existentes relacionados aos riscos ESG integrada ao Perfil de Riscos, bem como a definição de novos controles, quando aplicável;
- O aprimoramento do Programa de Integridade, com o fortalecimento da cultura ética, da gestão de riscos e da conformidade, de forma integrada às melhores práticas de governança corporativa;
- A realização de estudos e análises relacionadas à adaptação às mudanças climáticas e a ocorrência de eventos extremos, considerados potenciais impactos e oportunidades, inclusive no desenvolvimento de produtos e no aprimoramento tecnológico destinados a mitigar riscos à continuidade dos negócios;
- A ampliação de ações de disseminação da cultura ESG, com envolvimento e engajamento dos colaboradores. Diante da crescente relevância dos temas ESG no setor de seguros e no ambiente regulatório, a Gente Seguradora S/A reforça que sua governança, operações e estratégia estão cada vez mais alinhadas à agenda de sustentabilidade. O relatório de sustentabilidade apresentado para o exercício de 2024 evidencia esse compromisso e reforça a integração da sustentabilidade à gestão de riscos e à tomada de decisão estratégica, que pode ser visualizado no site da Gente Seguradora através do link: https://genteseguradora.com.br/wp-content/uploads/2025/06/Gente-Seguradora_Relatorio-de-Sustentabilidade_2024_vf-2.pdf

4 - Aplicações financeiras:

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, conforme referido pela Circular SUSEP nº 678/2022, a qual alterou a Circular SUSEP nº 648/2021.

O CPC 48 substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, mantendo, em grande parte, seus princípios fundamentais, porém introduzindo alterações relevantes, especialmente no que se refere à classificação e mensuração dos ativos financeiros. Com a adoção do CPC 48, foram eliminadas as categorias anteriormente existentes para ativos financeiros, quais sejam: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48, os ativos financeiros passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJPR);
- (ii) Mensurados ao custo amortizado por meio de outros resultados abrangentes (VJORA);
- (iii) Mensurados ao custo amortizado.

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Administração da Companhia gerencia sua carteira de investimentos considerando critérios de liquidez, segurança e rentabilidade, em consonância com sua estratégia de investimentos e política de gestão de riscos, tomando decisões de compra e venda com base, primordialmente, na avaliação de seus valores justos. Na data-base destas demonstrações financeiras, as aplicações financeiras da Companhia estão classificadas como: mensuradas ao valor justo por meio do resultado e mensuradas ao custo amortizado.

O valor justo dos fundos de investimento é determinado com base no valor das cotas divulgado pelas respectivas instituições financeiras administradoras, enquanto o valor justo dos títulos públicos é apurado com base nas taxas médias praticadas no mercado secundário, conforme informações divulgadas pela ANBIMA.

4.1 - Composição das aplicações por prazo e por tipo:

				2025
	%	Valor	Vencimento	Rating
Mensurados ao Custo Amortizado				
43%				
Renda Fixa Público - NTN-F	2%	5.751.435,78	01/2027	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	6%	26.697.528,24	01/2029	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	1%	5.132.094,21	01/2029	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	1%	5.162.995,63	01/2029	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	3%	10.792.216,00	08/2026	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	3%	10.456.621,36	08/2028	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	4%	11.185.022,52	08/2030	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	7%	23.105.289,70	05/2035	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	5%	15.785.349,07	08/2040	AAA
Renda Fixa Público - LTN	9%	31.898.035,16	07/2027	AAA
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
57%				
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	9%	32.135.478,69	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	7%	25.633.399,90	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	6%	19.485.011,15	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	9%	30.507.476,84	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Público - LFT	9%	31.757.754,37	03/2026	AAA
Renda Fixa Público - LFT	17%	59.161.348,39	09/2027	AAA
Total das aplicações				
344.627.057,01				
				2024
	%	Valor	Vencimento	Rating
Mensurados ao custo amortizado				
28%				
Renda Fixa Público - NTN-F	4%	10.746.612,76	01/2027	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	11%	31.337.004,14	01/2029	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	6%	22.074.714,86	05/2035	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	5%	15.096.274,72	08/2040	AAA
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
72%				
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	18%	50.255.012,35	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	2%	4.851.438,29	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	5%	14.841.640,89	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Público - NTN-B	4%	10.140.098,17	08/2026	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	3%	9.741.496,00	08/2028	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	4%	10.565.878,22	08/2030	AAA
Renda Fixa Público - LFT	19%	55.507.794,02	03/2026	AAA
Renda Fixa Público - LFT	18%	51.670.005,37	09/2027	AAA
Total das aplicações				
286.827.769,79				

4.2 - Movimentação das aplicações:

	2025	2024
Saldo em 1º janeiro	286.827.769,79	239.654.263,21
(+) Aplicações	106.154.596,18	117.219.748,18
(-) Resgates	(80.740.000,00)	(84.177.300,31)
(+/-) Variações monetárias	32.894.691,04	14.131.059,71
Saldo no final do exercício	344.627.057,01	286.827.769,79

5 - Imobilizado e depreciação:

Os ativos de uso próprio e de investimento compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e softwares. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 4% para imóveis, 10% para móveis, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, softwares e veículos. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico e reduzido por depreciação acumulada.

5.1 - Composição dos imóveis:

	2025	2024
Imóveis		
Prédio Mal. Floriano Peixoto	1.590.343,50	1.694.631,42
Imóvel Pedro Chaves Barcelos	3.007.481,99	3.046.015,13
Prédio São Paulo	1.952.904,53	2.006.192,46
Total dos imóveis	6.550.730,02	6.746.839,01

5.2 - Movimentação do imobilizado:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	8.579.305,09	8.657.744,34
Bens Imóveis		
Depreciação	(196.108,99)	(196.109,60)
Demais imobilizações		
Aquisição	646.454,56	710.473,40
Depreciação	(478.126,02)	(478.724,70)
Venda ou baixa de ativo	(143.812,29)	(116.078,35)
Saldo em 31 de dezembro	8.407.712,35	8.579.305,09

6 - Ativos de resseguro:

A cessão de resseguro tem o propósito de limitar sua perda potencial aos riscos assumidos. Os ativos de resseguro compreendem as recuperações dos sinistros pagos e as provisões técnicas de resseguro - PPNG, RVNE, IBNR, IBNR e PDR. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais estão registradas no ativo circulante. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. No ano de 2025 os contratos proporcionais e não proporcionais foram firmados com os resseguradores locais IRB Brasil Resseguros S.A e Austral Re.

6.1 - Composição e movimentação das provisões técnicas de resseguro:

	PPNG	RVNE	PSL	IBNR	IBNR	SALVADOS IBNR	PDR	PDR IBNR	Total
Saldo em 1º janeiro	15.108.363,01	1.500.087,02	32.382.172,01	1.238.697,06	4.749.993,67	(124.167,06)	5.907.400,98	464.819,58	61.227.366,27
Constituição	6.406.254,79	1.157.146,95	41.245.678,93	1.386.700,42	3.595.602,13	-	3.939.419,94	476.300,72	58.207.103,88
Reversão	(3.486.093,76)	(1.858.565,13)	(11.899.590,97)	(1.063.471,99)	(3.628.445,41)	63.000,01	(621.751,17)	(638.307,14)	(23.129.225,56)
Pagamento	-	-	(25.223.777,39)	-	-	-	(1.858.355,59)	-	(27.082.132,98)
Saldo em 31 de dezembro	18.028.524,04	802.668,84	36.504.482,58	1.561.925,49	4.717.159,39	(61.167,05)	7.366.714,16	302.813,16	69.223.111,61
									2024
Saldo em 1º janeiro	18.434.845,36	1.948.689,21	29.073.455,77	816.002,62	4.833.688,62	(47.613,21)	4.747.798,85	640.333,48	60.454.206,70
Constituição	3.996.909,20	1.438.072,89	43.088.742,89	836.097,31	3.984.628,32	(172.402,09)	3.422.231,38	1.140.908,21	64.367.192,20
Reversão	(7.323.391,55)	(1.708.679,29)	(8.405.448,90)	(415.402,87)	(10.073.323,27)	95.648,24	(395.145,51)	(1.316.422,11)	(30.541.985,17)
Pagamento	-	-	(31.174.577,72)	-	-	-	(1.867.483,74)	-	(33.042.061,46)
Saldo em 31 de dezembro	15.108.363,01	1.500.087,02	32.382.172,01	1.238.697,06	4.749.993,67	(124.167,06)	5.907.400,98	464.819,58	61.227.366,27

7 - Custos de aquisição diferidos (CAD):

Compõem os custos de aquisição diferidos os valores referentes às comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, sendo apropriado ao resultado de acordo com a vigência das apólices.

7.1 - Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	Comissão	Total	Comissão	Total
Saldo em 1º de janeiro	23.033.578,76	23.033.578,76	18.282.482,95	18.282.482,95
Constituição	15.144.098,80	15.144.098,80	9.989.792,69	9.989.792,69
Reversões	(13.343.900,08)	(13.343.900,08)	(5.238.696,88)	(5.238.696,88)
Saldo em 31 de dezembro	24.833.777,48	24.833.777,48	23.033.578,76	23.033.578,76

8 - Provisões técnicas:

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujo critérios, parâmetros e fórmulas são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), cuja consistência e parâmetros adotados são verificados pela Auditoria Atuarial Independente, conforme normativos aplicáveis. As principais definições aplicáveis aos ramos de seguros operados pela Gente Seguradora são:

- Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** constituída mensalmente com base no Prêmio Comercial, em moeda nacional, incluído de cosseguro aceito, líquido de resseguro, líquido de cosseguro cedido. Tem por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, a qual é calculada de modo a considerar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao exercício de cobertura dos riscos assumidos de cada apólice ou endosso, representando todos os contratos de seguro vigentes no mês de sua constituição ou a eles relacionados.
- Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE):** provisão estimada cujo objetivo é dar garantia aos riscos inesistentes aos prêmios comerciais emitidos após o início de vigência pela seguradora, cujo cálculo é feito com base nos dados do quadro estatístico 378, utilizando-se como premissas a média dos prêmios emitidos com atraso nos últimos meses de operação da seguradora, e o fator de consistência é extraído do teste de consistência.
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** com vistas à garantia dos valores de sinistros a pagar, seu saldo corresponderá, na data do cálculo, ao total devido de sinistros avisados e ainda não indenizados deduzido da parcela relativa à recuperação de cosseguro caso houver, inclusive àquelas de demandas judiciais, cuja metodologia encontra-se prevista em Nota Técnica Atuarial específica, onde o valor provisionado tende a ser proporcional aos riscos de perda de cada processo, segundo classificação jurídica. Quando necessário será constituída a provisão de ajuste (IBNER), a qual é apurada por meio da aplicação de metodologia balizada nos resultados dos testes de consistência da PSL e tem o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação.
- Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** tem por objetivo para atender às demandas de sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora, sendo calculada através de metodologia própria, com base no desenvolvimento dos triângulos de Run-Off para todos os ramos comercializados, conforme previsto em NTA específica, cuja consistência dos valores apurados é testada mensalmente, por meio de técnicas estatísticas e atuariais que observam o comportamento histórico entre as datas de ocorrência dos sinistros e os respectivos avisos.
- Provisão de Despesas e Custos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR):** tem por objetivo dar cobertura aos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas à liquidação de indenizações, inclusive na esfera judicial, em função dos sinistros ocorridos, avisados ou não, relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, de acordo com metodologia própria prevista em NTA específica.
- Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** tem por objetivo complementar eventuais insuficiências nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos - TAP.
- Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR):** tem por objetivo dar cobertura aos valores de devoluções de prêmios, não contemplados nas demais provisões técnicas.
- Provisão de Excedente Técnico (PET):** tem por objetivo dar cobertura para os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de supervit técnicos previstos nos contratos bem como para as obrigações decorrentes de reduções de comissão de resseguro.

8.1 - Composição das provisões técnicas:

	2025	2024
PPNG	177.349.136,56	161.036.934,04
PPNG/RVNE	9.275.369,93	15.195.115,57
PSL ADM	53.559.636,37	58.391.636,49
PSL JUJ	69.923.798,36	60.999.369,35
PSL ajuste IBNR	4.011.828,35	6.507.641,78
(-) Estimativas salvados	(3.302.496,49)	(6.592.108,75)
PSL retrocessão	15.429,37	28.617,45
PVR	24.374.011,97	20.526.626,08
PET	(627.834,74)	(1.297.834,74)
IBNR	18.646.036,16	16.051.566,59
IBNR PDR	2.726.673,55	742.047,45
IBNR PDR	5.012.182,95	2.294.850,18
PVR	1.104.958,08	999.558,27
PET	13.656.657,50	8.825.773,88
Total das provisões	375.725.389,92	343.709.793,64

8.2 - Desenvolvimento das provisões judiciais de sinistro:

	2025	2024
PROVISÕES RELACIONADAS A SINISTROS/BENEFÍCIOS		
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	5.255.756,84	5.129.715,88
Montante provisionado de ações jud. pagas no exerc. corr. e que se encontravam provisionadas	6.208.793,21	6.997.678,78
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	3.524.921,96	2.879.758,73
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	2.541.550,75	411.253,75

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de março de 2025, referente ao exercício de 2024, foi aprovada a distribuição de lucros aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos adicionais, no montante de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), bem como a constituição de reserva de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 17.077.759,00 (dezessete milhões, setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de lucros aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos adicionais, no montante de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais). Em decorrência dessa deliberação, o referido valor deixou de compor o patrimônio líquido e passou a ser reconhecido no passivo, na rubrica de dividendos a pagar e em consonância com a legislação societária vigente.

12.4- Dividendos e lucros sobre o capital próprio:
De acordo com as disposições legais e estatutárias são garantidos aos acionistas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, calculado conforme legislação vigente e tendo como base a Taxa de Juros do Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantido o patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	45.688.827,08	28.249.575,85
JCP pago no exercício	(6.040.000,00)	(3.960.000,00)
Lucro pela realização da reserva de reavaliação	100.074,72	100.074,72
Base de cálculo para os dividendos e reservas	39.558.901,80	24.389.650,57
Constituição da reserva legal - 5%	404.432,95	1.214.478,76
Dividendos pagos e propostos no exercício - 25%	9.889.725,45	6.097.412,52
Constituição da reserva de dividendos adicionais propostos	29.264.743,40	17.077.759,02

12.5 – Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, estabelece os critérios e procedimentos para o cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das sociedades seguradoras. Em 26 de dezembro de 2024, a Resolução CNSP nº 479 introduziu ajustes pontuais à referência norma, especialmente no que se refere aos dispositivos relacionados aos capitais de risco de subscrição e operacional. Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia deve manter, de forma permanente, um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) qual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), após a aplicação dos ajustes regulamentares pertinentes.

O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao montante mínimo de capital necessário para assegurar a operação regular e a solvência da seguradora, sendo determinado pelo maior valor entre o capital base definido pela regulamentação aplicável

e a soma dos Capitais de Risco, os quais refletem os riscos inerentes às operações da Companhia, incluindo, entre outros, os riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional.

12.5.1 – Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:

	2025	2024
Patrimônio líquido contábil	77.723.339,35	75.114.207,82
(+/-) Ajustes contábeis	(164.850,29)	(164.850,29)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	14.229.374,81	(643.768,23)
PLA de nível 1	64.421.920,52	64.421.920,52
PLA de nível 2	15.789.213,36	3.137.205,64
PLA de nível 3	6.550.730,02	7.446.839,01
(+/-) Ajuste do excesso de PLA níveis 2 e 3	91.787.863,90	74.305.589,33
PLA total	8.100.000,00	8.100.000,00
Capital – base (I)	73.960.783,12	65.043.306,13
Capital de risco de subscrição	55.013.707,03	52.168.750,55
Capital de risco de crédito	10.302.734,04	7.265.170,27
Capital de risco operacional	2.208.816,87	2.045.379,22
Capital de risco de mercado	25.089.886,96	17.330.603,96
Efeito da correlação entre os riscos	(18.654.421,78)	(13.789.687,91)
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	73.960.783,12	65.043.306,13
Suficiência do PLA	17.827.080,78	9.262.283,20
% de suficiência do PLA	24%	14%

12.6 - Composição acionária:

12.6.1 – Alterações societárias ocorridas nos exercícios:
No exercício de 2024, a GENTE Comércio e Participações Ltda., acionista da GENTE Seguradora, passou por uma reestruturação societária. A empresa foi convertida em sociedade anônima, conforme previsto no artigo 220 da Lei 6.404/76, e alterou sua denominação para MSE Participações S.A., se transformando em uma holding familiar que centraliza grande parte da participação societária das empresas do Grupo. A transformação foi formalizada em Assembleia Geral realizada em 31 de maio de 2024, aprovada na Junta Comercial pelo registro sob o nº 4330074790 em 19/07/2024. Adicionalmente, os acionistas Sérgio Suslik Wais e Tania Wais realizaram a integralização de suas participações na GENTE Seguradora à MSE Participações S.A., resultando na alteração do quadro societário da seguradora, onde a MSE se tornou acionista qualificada, com participação de 99,68% no capital social da GENTE Seguradora S/A. As participações societárias dos demais acionistas não sofreram alterações. O controle indireto do acionista Sérgio Suslik Wais na GENTE Seguradora S/A foi mantido.

Em 25 de agosto de 2025 a MSE Participações S/A vendeu 114 (cento e quatorze) ações ordinárias para a Sabrina Wais, pelo valor de R\$ 26,97 (vinte e seis reais e novecentos e sete centavos) cada ação, reduzindo as ações de sua propriedade para 3.353.967 ações ordinárias.

PARECER DA AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

Aos Acionistas e Administradores da GENTE Seguradora S.A.
Escopo da Auditoria
Examinamos as províncias técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da GENTE Seguradora S.A. (a seguir denominada "Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Seguradora é responsável pelas províncias técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuarial Independente
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA. Estes princípios atuariais permitem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das províncias técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da GENTE SEGURADORA S.A.
Porto Alegre - RS
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da GENTE SEGURADORA S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GENTE SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não fomos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

12.6.1.1 - Composição do Capital Social da MSE Participações S.A.			
		2025	
Acionistas	Quantidade de Ações	% de participação	
Sérgio Suslik Wais	28.376.860	99,612900%	
Tania Wais	109.963	0,386103%	
Marcelo Wais	100	0,000004%	
Eduardo Wais	100	0,000004%	
Sabrina Wais	100	0,000004%	
Total	28.487.144	100,000000%	

12.6.1.2 - Participação da MSE Participações S.A. no Gente Grupo:			
		2025	
Empresa	Quantidade de Ações	% de participação	
Gente Seguradora S.A.	3.383.967	99,6798%	
Gente Assistência e Serviços Ltda.	138.700	99,7900%	
Gente Clube de Benefícios Ltda.	696.814	92,4400%	
Gente Viagens e Turismo Ltda.	39.700	99,2500%	

12.6.1.3 - Composição acionária da Gente Seguradora S/A:			
		2025	
Acionistas	Quantidade de Ações	% de participação	
MSE Participações S. A.	3.383.967	99,6798%	
Marcelo Wais	104	0,3135%	
Eduardo Wais	114	0,0034%	
Sabrina Wais	114	0,0034%	
Total	3.394.638	100,0000%	

DIRETORIA

Sérgio Suslik Wais
Marcelo Wais
Tania Wais
Eduardo Wais

Director Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretora
Diretor

Flávia Nicollotti

Controladora CRCSP 274938/O-RS

Eder Gerson Aguiar de Oliveira

Atuário Responsável Técnico - MIBA 630

a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as províncias técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da GENTE Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também à partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 19 de fevereiro de 2026.

Alexandre Turk de Almeida – Atuarial MIBA nº 1034

ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda

CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102

Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou (s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2026

TATICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCRS no. 033.964-0



Nome do arquivo: Gente Seguradora 25.02.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA
Responsável: MARCELO DE SOUSA DANTAS

24/02/2026 17:16:11 GMT-03:00 92757798000139
43432271387



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.